

Recuperação de Créditos

As ações de recuperação de créditos da União compreendem um conjunto de medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e não tributárias, nas instâncias administrativa e judicial. O desempenho dessas ações deve ser destacado nas prestações de contas dos chefes dos poderes, em observância ao art. 58 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

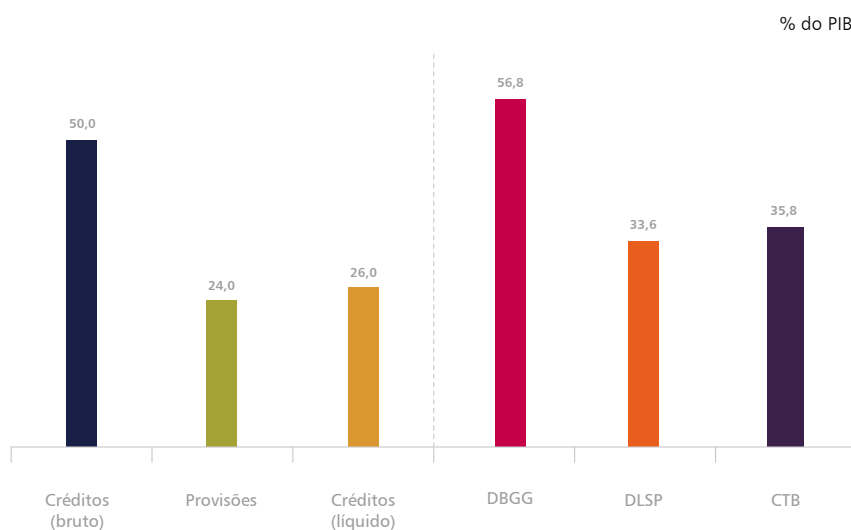
O montante dos créditos não recuperados pela União atingiu R\$ 2,4 trilhões em 2013. A composição desse montante foi: R\$ 156,7 bilhões em estoque de parcelamentos de créditos não inscritos em dívida ativa, R\$ 886 bilhões de créditos com exigibilidade suspensa e R\$ 1.406,8 bilhões de créditos inscritos em dívida ativa.

Os créditos a recuperar, no valor de R\$ 2,4 trilhões, equivalem a 50% do PIB, montante considerável se comparado a outros agregados macroeconômicos, como a Dívida Bruta do Governo Geral – DBGG (R\$ 2,75 trilhões, ou 56,8% do PIB), a Dívida Líquida do Setor Público – DLSP (R\$ 1,63 trilhão, ou 33,6% do PIB) e a Carga Tributária Bruta – CTB (R\$ 1,73 trilhão, ou 35,8% do PIB).

O histórico demonstra que tanto a expectativa de arrecadação quanto a efetiva realização de receitas são bem inferiores à magnitude do estoque dos créditos a recuperar. Nesse sentido, as provisões da dívida ativa e dos créditos tributários em geral foram atualizadas em 2013. No total, os saldos provisionados a título de perdas prováveis atingiram R\$ 1,17 trilhão, o que corresponde a cerca de 49% dos créditos em estoque, ou 24% do PIB.

O gráfico seguinte evidencia o montante bruto de créditos a recuperar, suas provisões para perdas e seu montante líquido, em percentual do PIB, comparativamente a outros agregados relevantes da economia brasileira.

Créditos a Recuperar – Comparação com Outras Variáveis – 2012



Fontes: Siafi, Bacen, STN, Ipea e IBGE.

Parcelamentos

O estoque consolidado de créditos parcelados de 2013 atingiu o montante aproximado de R\$ 156,7 bilhões, refletindo um aumento de 1,41% em relação ao exercício anterior. Em paralelo, a arrecadação total no mesmo exercício, de cerca de R\$ 34,4 bilhões, foi 4,57% superior à registrada em 2012. Como resultado, o percentual de realização da receita subiu de 21,31% em 2012, para 21,98% em 2013.

Arrecadação e Estoque dos Créditos Parcelados Administrados pela RFB

R\$ milhões

Parcelamentos	2012			2013			Variação	
	Arrecadação A	Estoque B	(A/B) %	Arrecadação C	Estoque D	(C/D) %	(C/A) %	(D/B) %
Fazendários	20.594,93	97.955,92	21,02	24.264,59	110.678,00	21,92	17,82	12,99
Previdenciários	12.337,50	56.565,77	21,81	10.173,34	46.023,62	22,10	(17,54)	(18,64)
Total	32.932,43	154.521,69	21,31	34.437,94	156.701,62	21,98	4,57	1,41

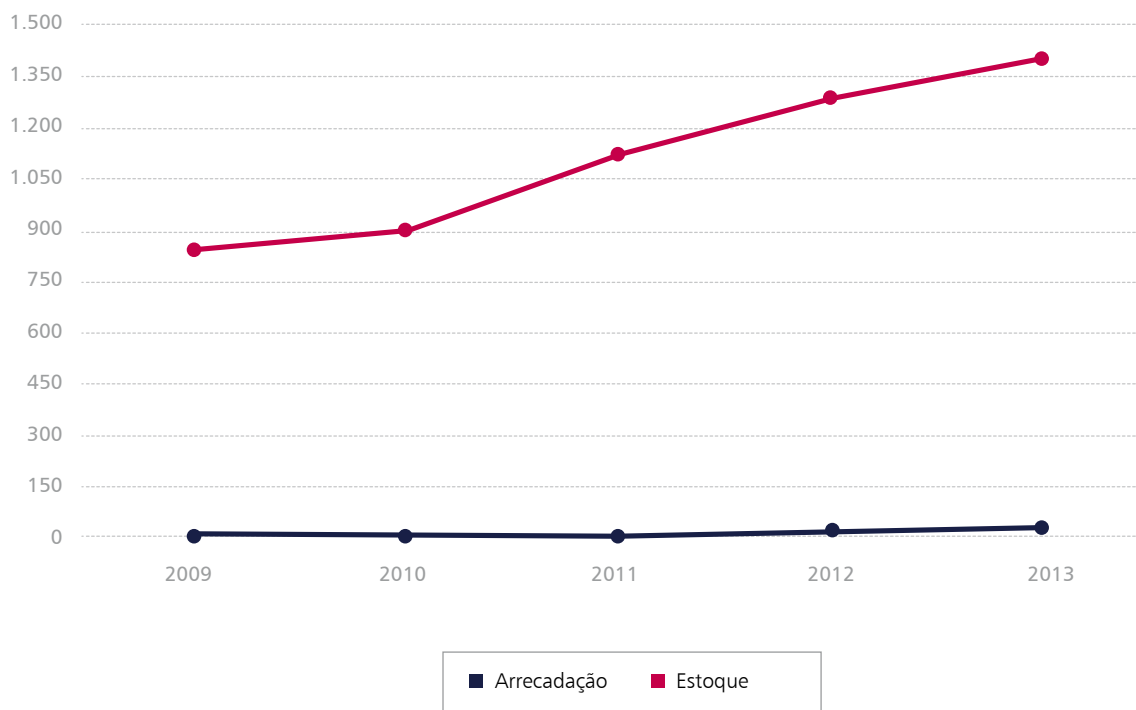
Fontes: PCPR 2013 e RFB.

Dívida ativa

No período de 2009 a 2013, o estoque da dívida ativa da União sob administração da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), da Procuradoria-Geral Federal (PGF) e da Procuradoria-Geral do Banco Central do Brasil (PGBCB) teve elevação de 64% e alcançou o montante de R\$ 1,4 trilhão, enquanto a arrecadação teve acréscimo de 250% e atingiu R\$ 25,4 bilhões.

Evolução do Estoque e da Arrecadação da Dívida Ativa da União – 2009 a 2013

R\$ bilhões



Fonte: Siafi.

A arrecadação líquida da dívida ativa da União em 2013 teve uma variação positiva de 16,7% em relação a 2012. Já a razão entre arrecadação e estoque evoluiu de 1,69% para 1,81%. O aumento dessa razão reflete uma ampliação da capacidade de arrecadação da dívida ativa, porém ainda em patamar insatisfatório, frente ao expressivo montante de créditos em estoque.